

# **Moção**

## **(Descentralização foi o passo para Regionalizar)**

Falar em descentralização é falar do poder local e de autonomia autárquica e pressupõe falar de regionalização, princípio que se encontra previsto na Constituição da República Portuguesa.

Descentralização e regionalização, andam de mãos dadas, as Regiões Administrativas, a par dos Municípios e Freguesias, são onstitucionalmente definidas como autarquias locais –

Cfr.art.236 da CRP.

Não basta que a Constituição fixe o princípio da descentralização administrativa, sem a qual não se edificará em termos cabais a democracia, para a sua concretização não pode existir um poder central que esmague e dissolva o poder local.

**Para o PS, descentralizar e regionalizar é um imperativo político**, um imperativo jurídico-constitucional e um imperativo programático, honrando a sua histórica defesa da autonomia local e regional e de importância do municipalismo para o progresso económico, social e cultural da nossa sociedade.

São quatro as grandes colunas em que assentará a descentralização e regionalização:

1) Ampliação da descentralização para as autarquias, dotando-as dos meios financeiros;

- 2) Ampliação da esfera de competência dos órgãos autárquicos Executivos e Assembleia Municipais;
- 3) Dinamização das funções que a lei prevê para as freguesias;
- 4) Criação das Regiões Administrativas.

O Secretário Geral do PS, **Dr, Pedro Nuno Santos**, na prestação do seu programa de intenções e volvidos 25 anos do referendo de 8 de novembro de 1998, e da não aceitação da regionalização, **abre o debate sobre a regionalização.**

O PS descentralizou, através do “programa apresentado para adécada” onde é dado seguimento à orientação que a Constituição consignou como princípio basilar da organização territorial, o que encontra alicerces nas melhores tradições democráticas e de valorização do municipalismo, iniciada por Alexandre Herculano, Antero de Quental e António Sérgio.

**A regionalização deve avançar, sem eufemismos, sem hesitações nem ambiguidades.**

A criação das regiões administrativas fechará o ciclo democrático aberto com o municipalismo e com os 50 anos do 25 de Abril.

A descentralização de competências foi consensual e acompanhada do respetivo suporte financeiro.

Este debate é oportuno, e deve desenvolver-se de um modo sereno, com o objetivo de esclarecer os portugueses e debater a importância da regionalização.

O processo de descentralização de competências está

em marcha, em diversos sectores, como nos sectores do turismo, habitação, transportes, educação, saúde, ação social, proteção civil, e muitos outros.

Uma grande parte dos municípios portugueses, assumiram as diversas competências de descentralização, pelo que o processo que vai ficando consolidado.

Consideramos, assim, que esta reforma administrativa, deve ser feita a partir do que já existe e do proposto pelo PS no seu programa.

Programa esse que já levou à eleição dos atuais dirigentes das CCDRs, que legitimou democraticamente estes órgãos descentralizados, com a participação dos autarcas da região, tendo assumindo plenamente o papel de centros de planeamento e a definição de estratégias de desenvolvimento regional, com mais legitimidade na gestão dos programas operacionais.

É importante e fundamental criar confiança nos Portugueses quanto à regionalização e a importância desta reforma política para Portugal e para o Algarve, não colocando em causa a unidade nacional.

Devemos lutar contra a ambiguidade do PSD que atrasa e foge ao debate da regionalização.

Apelamos a que o PSD tenha coragem de dizer se está contra ou a favor da regionalização.

Devemos ter cuidado quando se fala em regionalização e acabar com o “mito” que vamos multiplicar cargos públicos e aumentar a despesa pública – fantasmas que sempre surgem quando se fala em regionalização.

Este é o primeiro passo, condição necessária para que Portugal deixe de ser o país da Europa mais centralizador, bem como para combater as assimetrias, porque não é possível pensar num Estado moderno, como consta no programa do governo, sem descentralização e regionalização.

Portugal regionalizado terá “mais capacidade” para aproveitar oportunidades, sendo que caberá ao Governo central “vigiar, pedir contas, resolver problemas de compatibilização” e definir orientações.

Caras e caros congressistas o apelo fica feito, que se discuta a Regionalização, sem dogmas ou preconceitos para criação da

Região Piloto da Criação da Região Administrativa do Algarve.

Lisboa 6 de Janeiro de 2024

Carlos Alberto ( Sec.Faro 2198)